

Sarney vai pôr contas em dia com o Bird

Após reunião do presidente Sarney com o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, o governo resolveu criar um grupo de trabalho para, em 60 dias, realizar um saneamento dos cerca de cem projetos encaminhados ao Banco Mundial (Bird) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Resolveu, também, zerar suas contas com essas entidades, uma vez que elas apresentaram saldo negativo de US\$ 800 milhões ao ano, em 1987 e 1988.

Para zerar as contas, o governo pretende se concentrar em dois projetos que estão em fase adiantada de negociação: o da reforma bancária (US\$ 500 milhões) e o da modernização da estrutura do comércio exterior, no valor de US\$ 300 milhões. Essa intenção poderá ser facilitada com a vinda, hoje, para Brasília, de uma delegação do Banco Mundial, que tem o objetivo de rever o programa de empréstimos ao Brasil.

Uma das propostas que essa delegação deverá apresentar ao governo brasileiro é a de substituir o empréstimo ao setor elétrico por projetos específicos, já aprovados. Dessa forma seria superado o impasse criado em agosto com a absorção da Nuclebrás pela Eletrobrás.

Também ontem, o governo constatou que, nos últimos oito anos, o Brasil vem pagando ao Bird uma taxa média de juros de 15% ao ano, valor muito acima daquela praticada pelos bancos privados e quase o dobro da vigente no mercado interbancário de Londres, a Libor.

De acordo com economistas do Ministério do Planejamento, a taxa básica de juros do Bird é de 6% ao ano. Mas, a ela deve-se acrescentar uma série de outros encargos que fizeram com que a taxa efetiva, no período 1980/1988, chegasse aos 15%, em média, número que surpreendeu os técnicos e o governo.

Há outro dado agravante: se não sabia até há pouco o quanto vinha pagando de taxa efetiva de juros, o governo não tem idéia de quanto pagará a cada semestre, por causa dos encargos flutuantes. Esses encargos se baseiam em uma cesta de moedas, com maior peso para o marco alemão e o iene japonês. Como os empréstimos são contratados em dólar, toda vez que a moeda norte-americana se desvaloriza o serviço da dívida brasileira aumenta. Além disso, existe a taxa de compromisso, que no caso do Bird é de 0,75%, cobrada sobre empréstimos contratados e que, por qualquer motivo, não sejam sacados. No BID, a taxa é de 1,25%. Por conta disso, o Brasil pagou US\$ 30 milhões no ano passado.

Os técnicos da Seplan têm trabalhado no saneamento dos projetos enviados ao Bird e ao BID, com o objetivo de reduzir o seu número. Esse estudo será encampado pelo grupo de trabalho criado pelo presidente Sarney.

O trabalho da Seplan consistirá em discutir a prioridade dos projetos com os tomadores (órgãos públicos e governos responsáveis pela execução). As discussões envolverão o Congresso Nacional, já que a Comissão Mista de Orçamento remanejou muitos programas que tinham como fontes de recursos os desembolsos dos organismos multilaterais.

Segundo assessores da Seplan, a idéia é manter os projetos com prioridade e os que tiverem contrapartida garantida. A estimativa é de que o cancelamento de saldo (extinção de programas) chegue a US\$ 400 milhões, menos de 10% dos US\$ 4,5 bilhões que o governo considera viáveis nos próximos seis anos.

Fontes do Palácio do Planalto disseram que o presidente Sarney está convencido de que, por enquanto, a discussão com o Banco Mundial deve se centrar nos aspectos operacionais dos projetos. Tanto que o Brasil pretende responder com argumentos técnicos e econômicos as cartas em que o Banco Mundial diz que a construção de Angra III é inviável.